



VII Simpósio Nacional de História Cultural

HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

NOTAS DE PESQUISA: A CULTURA EPISTOLAR NA CONSTRUÇÃO DOS PERIÓDICOS DO SÉCULO XVII NA PENÍNSULA IBÉRICA

Caroline Garcia Mendes*

“Nadie dudaba que el Atlántico era el abismo entre lo viejo y lo nuevo, el océano que conducía a unos confines donde, a juicio del calvinista francés Jean Léry, ‘todo lo que allí se ve es diferente de lo que tenemos en Europa’”¹

Para este trabalho, propomos discorrer, ainda que brevemente, acerca da importância da cultura epistolar na difusão de notícias e na construção dos primeiros periódicos ibéricos, especialmente após o descobrimento do chamado Novo Mundo e da intensificação das relações com a África e Ásia. São notas de pesquisa que visam demonstrar o viés que será percorrido em nosso trabalho de doutorado. Esse esboço pretende, assim, dar os primeiros apontamentos de uma pesquisa que se inicia e que planeja discorrer sobre a circulação das notícias no continente europeu.

* É doutoranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Possui mestrado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp onde desenvolveu pesquisa acerca da correspondência do governador geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657-1663).

¹ SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. *Homo Viator, Homo scribens*. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII). Madrid: Marcial Pons, 2007. p. 53.

A CULTURA EPISTOLAR: FUNÇÕES E ACESSO NA IDADE MODERNA

É com uma frase de 1674 que Antonio Castillo Gómez inicia uma de suas obras: “*Monarquía sin letras, Imperio sin luz*”². Foi esse o viés bastante explorado ao longo dos anos para tratar da importância da escrita para os séculos XV, XVI e XVII, viés que enaltecia a função burocrática e governativa de seu uso e deixava de lado a função social que ela assumia e sua utilização cotidiana. É impossível tratar da expansão do Império português e espanhol sem recorrer à escrita como meio fundamental de conhecimento, controle e administração. Ronald Raminelli explica que

Eram por meio de papéis que o monarca tomava conhecimento das terras, traçava estratégias para posse e efetiva exploração. Os escritos também denunciavam os desmandos dos poderes locais, os contrabandos e as práticas contrárias aos interesses da Real Fazenda. (...) Por meio de inventários, crônicas e mapas, o mundo colonial era codificado e transformado em papel para ser enviado ao núcleo administrativo³.

O que convém notar é que, para além da função burocrática de uma ‘*Monarquía de papeles*’, como era chamada a Espanha do período, escrever assumia diferentes sentidos para além do governativo.

Esse esquecimento, claro está, vem de uma visão dicotômica que entendia o mundo ibérico – quiçá europeu – dividido entre uma cultura erudita e uma cultura popular que estratifica o acesso e utilização da escrita, relegando apenas à elite esse meio de comunicação. A comunicação oral, a icônico-visual e a escrita coexistiram e habitaram, assim, a vida de diferentes estratos da sociedade europeia, questão que vai de encontro a ideia de que, ao passar da Idade Média para os tempos modernos, a oralidade e a transmissão de conhecimento através de imagens foram deixadas de lado. Fernando Bouza explica que durante esse período estavam em pleno auge as formas de expressão oral e icônico-visual, e que elas não se circunscreveram aos limites da esfera popular dos

² SERNA, M. Bravo de la. *Espejo de la juventud*. Madrid: Marco de Espinosa y Arteaga, 1674. P. 246. *Apud.* GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006. p. 7. Gómez explica ainda que a frase expressa bem “la importancia asignada a la escritura en el manejo de un mundo tan extenso como aquel que estuvo sometido al poder de los Austrias”.

³ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. p. 20.

iletrados ou a espaços geográficos demarcados por fronteiras religiosas ⁴. Ainda que não soubesse ler, a maioria não letrada tinha acesso, assim, aos escritos presentes em livros e periódicos através da leitura em voz alta ou da pregação religiosa. Como explica Bouza:

Las noticias que testimonian el contacto de la población analfabeta con la escritura que no podían entender por sí mismos son tan abundantes que permiten romper las barreras establecidas por la historiografía entre las culturas letrada y no letrada. Bien mediante la lectura en voz alta o la predicación, bien por medio de la delegación de escritura en terceros, los analfabetos accedieron a los textos escritos y convivieron cotidianamente con ellos, llegando incluso a ser sus propietarios ⁵.

Longe de se manter apenas na esfera privada e restrita às questões de governo, a necessidade da escrita transborda para o público não só na Península, como também em várias partes do continente europeu. Em Paris encontrávamos escritórios públicos, sobretudo diante do Palácio de Justiça; mesma situação nas ruas espanholas e, em Lisboa, “há no Pelourinho Velho continuamente 10 homens, com a suas mesas, a escrever cartas o petições às pessoas que disso têm necessidade” ⁶.

Havia diferentes motivos para que a população comum, ou seja, a não alfabetizada e com pouco ou nenhum acesso aos meios de conhecimento formal buscasse a escrita. Um deles foi a distância provocada pelos descobrimentos e as viagens ao Novo Mundo. Ainda que a carta não seja uma invenção daqueles séculos – pois remete à Antiguidade – é certo que a ausência prolongada “*primero como descubridores y luego como emigrantes, determino en ellos un largo uso de la forma epistolar*” ⁷. Além disso, se durante a Antiguidade e a Idade Média o ato de escrever era algo excepcional, conectado e determinado por minorias sociais e obrigações de trabalho, na Alta Modernidade, ainda que império da voz e do ouvir frente aos olhos, a escrita vai sendo uma prática cada vez mais necessária, útil e em progressiva ascensão. O historiador Alberto González Sánchez escreve ainda que,

⁴ BOUZA, Fernando. *Del Escribano a la Biblioteca*. La Civilización Escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII). Madrid, Editorial Síntesis (col. Historia Universal, Moderna, nº 5), 1992. p. 24.

⁵ BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001. p. 68.

⁶ BRANDÃO, J. Grandeza e abastança de Lisboa em 1552. Lisboa, Horizonte: Ed. de J. da Felicidade, 1990, p. 108-109 *Apud*. GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared...* p. 7.

⁷ GÓMEZ, Antonio Castillo. *Op. Cit.* p. 20.

el establecimiento de la imprenta, los primeros atisbos del 'Estado Moderno' y el desarrollo de las actividades económicas burguesas impulsaron la alfabetización en grupos antes casi totalmente ajenos a ella (la baja nobleza, los mercaderes y, menos, los artesanos y determinados segmentos de los trabajadores urbanos, el campesinado y las mujeres)⁸.

Numa época em que o leitor moderno estava em plena construção, a carta manuscrita pressupõe, assim, um circuito de comunicação pequeno e muitas vezes individual⁹ – uma troca de informações cujo assunto poderia variar de questões pessoais até algum conhecimento sigiloso sobre o Novo Mundo. Os manuscritos analisados por Fernando Bouza transformam-se, assim, em um meio de difusão de notícias e uma estratégia de publicidade mais controlada do que a imprensa. A opção por manuscritos ou por impressos correspondia assim, a uma clara consciência de quem leria as notícias. Sánchez explica que a curiosidade, a ânsia de coisas diferentes, a felicidade e glória duradoura, mais ainda o desejo de fugir da trivialidade cotidiana são os fundamentos do que ele chama de *homo viator* renascentista¹⁰. Para ele, foi nesse período o início da mundialização atual, tendo em vista a impressionante circulação jamais vista de homens e notícias em escala planetária. Foi essa circulação, ele continua, que trouxe para o mundo ibérico sua acumulação de saberes e informações de todo o tipo e origem, e um tráfico contínuo de seres, objetos, mercadorias e crenças¹¹.

A CURIOSIDADE E AS REDES DE INFORMAÇÃO: OS PRIMEIROS PERIÓDICOS

A necessidade de informações exigiu, assim, a criação de redes de correspondência que dessem conta de percorrer a Europa e o Novo Mundo trazendo as novas necessárias não só para o governo e a diplomacia, mas também para satisfazer a curiosidade crescente de uma população cada vez mais urbana. Interessante pensar, dessa forma, na recepção que alguns escritos tiveram em solo europeu, tendo em vista o crescente interesse por notícias de outras localidades, o que Ana Paula Torres Megiani chama de “rumores de outras partes”. Para a historiadora, “o que se observa nos relatos

⁸ SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. *Op. Cit.* p. 39.

⁹ Cf. BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito...* p. 143.

¹⁰ SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. *Op. Cit.* p. 14.

¹¹ SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. *Op. Cit.* p. 17.

que circulavam, de prensa ou de mão, é que não guardavam segredos de Estado, pelo contrário, eram mesmo inflamados por um certo teor de curiosidade e encenação (...)”¹². E são, certamente, as redes de correspondência que alimentavam essas informações que circulavam para sanar a curiosidade europeia acerca dos demais recantos da Europa e do mundo.

Essa correspondência servia assim para abastecer os periódicos que começavam a aparecer na Europa, impressos que na maioria das vezes contavam com a permissão e avaliação real para ter sua publicação autorizada. Para conhecermos como eram construídos essas Gazetas e Mercúrios, precisamos discorrer sobre a rede de informações em que estava inserido seu editor. Ao contrário da correspondência pessoal, porém, em sua análise sobre a Gazeta de Lisboa (já do século XVIII) João Luís Lisboa explica que o que nos interessa para construir esse circuito são as cartas

entre pessoas que se destinam a fazer circular as vozes, a leitura das gazetas chegadas de várias cortes, a informação obtida através de cartas do mesmo tipo, informação que se recebe e se reproduz. É de redes de correspondentes que estamos à falar, e é destas redes que se serve o essencial da informação que passa formalmente a um periódico, manuscrito ou impresso¹³.

Devemos lembrar, dessa forma, que esses documentos devem ser analisados não só enquanto produtos pensados para o consumo, mas também para serem utilizados por um grupo – ainda pequeno – de receptores¹⁴.

Tratando também da Gazeta de Lisboa, André Belo escreve que “ao reproduzir (...) um ambiente e uma hierarquia palacianos, a Gazeta tinha para a Corte o valor político de prolongar essa atmosfera, oferecendo-se aos leitores com um discurso noticioso muito condicionado”¹⁵. Um desses condicionamentos seria inclusive, segundo Belo, os constrangimentos colocados pela própria elite que o lia. Citando Habermas, Belo conclui

¹² MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as *Relaciones de Sucesos* e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja (orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária, 2012. p. 476.

¹³ LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* vol. 1 (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 15.

¹⁴ Cf. SÁNCHEZ p. 26.

¹⁵ BELO, André. *As Gazetas e os Livros*. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001. p. 46-7.

que os “jornais políticos’ não eram feitos para as referidas elites, mas, inversamente, eram ‘fabricados’ por elas”¹⁶. Importante ter em mente então, que o

interesse da correspondência era mútuo, mesmo tratando-se de uma relação entre um redator de um periódico impresso e o pouco importante intelectual de província. Havia sempre a possibilidade de estabelecer um esquema de reciprocidades, quer no que diz respeito a informações, a livros, a produções literárias variadas, a objetos de coleção, ou a favores. Podiam estar envolvidas terceiras pessoas a quem se queria fazer passar uma informação útil, por exemplo, ou a quem se queria pedir que publicasse uma notícia¹⁷.

Quando o historiador Diogo Ramada Curto escreve acerca da cultura escrita no período, denomina de “longo século XVII” o período que vai de 1570 a 1706, intervalo em que, segundo ele, há uma intensidade exemplar na reflexão sobre a nação entre os escritores portugueses. Para Curto, “os indivíduos ou mais especificamente os autores, os grupos e os Estados negociam e concorrem na atribuição de diversos significados a esse mesmo processo, recorrendo para isso à escrita”¹⁸. Ele argumenta, assim, que a prática da escrita faz parte de um “conjunto alargado de formas simbólicas de comunicação”, cujo autor não pode ser entendido como um artista ou simples oficial, desprovido de interesse quando escreve. É necessário, assim, inscrever a análise da cultura escrita nos conflitos e práticas de identidade das quais faz parte. Todos os que se dedicam à escrita devem ser compreendidos dentro de um quadro caracterizado por fortes pressões sociais e por uma economia redistributiva da mercê.

Para o período anterior à *Gazeta* discutida tanto por Lisboa como por Belo, encontramos a *Gazeta ‘da restauração’* e o *Mercúrio Português*, ambos ainda do século XVII e considerados os primeiros periódicos daquele país. Apesar de pouco tratado pela historiografia brasileira, o início da imprensa portuguesa vem sendo bastante discutido naquele país nos últimos anos¹⁹.

¹⁶ *Idem.* p. 48.

¹⁷ LISBOA p. 26.

¹⁸ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV a XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 145-6.

¹⁹ O Projeto denominado “A gênese do jornalismo: jornais periódicos do século XVII em Portugal e na Europa”, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, já conta com um livro voltado exclusivamente para o *Mercúrio Português*: SOUSA, Jorge Pedro (org.). *Estudos sobre o Mercúrio Português* (1663-1667). Discurso e Contexto. Covilhã: Livros LabCom: 2013. Disponível em: www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20130326-jpsousa_estudosmercuriportugues.pdf.

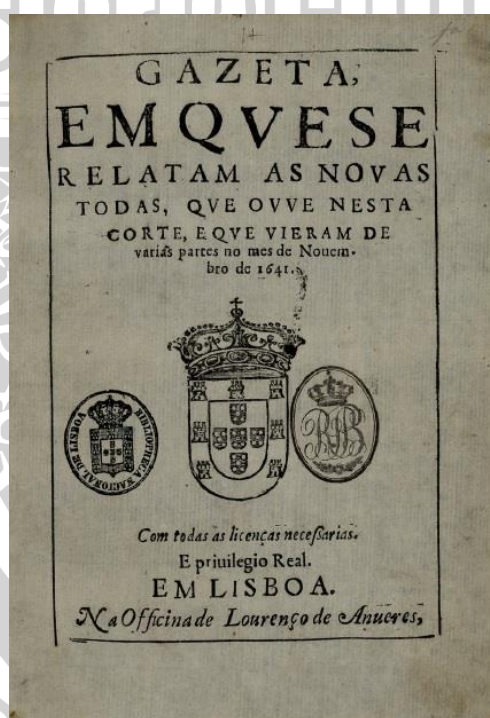


Figura 1. Capa da Gazeta 'da Restauração', que iniciou sua publicação no ano de 1641 em Lisboa.

Antes dessa retomada, encontramos o historiador José Tengarrinha, que escreveu ainda na década de 60 do século passado uma extensa obra sobre a imprensa periódica portuguesa. Ele explica que o jornalismo português surgiu da mesma maneira que nos outros países, ou seja, relacionado ao progresso da tipografia, à melhoria das comunicações e ao crescente interesse do público por notícias ²⁰. Jorge Pedro Sousa afirma ainda que a gazeta era “uma publicação noticiosa mais frequente e barata, com poucas páginas e não encadernada, que correspondia melhor às crescentes necessidades informativas de uma sociedade sujeita a fenômenos de instabilidade e mudança, que ademais precisava de saber das coisas em tempo útil” ²¹. Tengarrinha descreve duas características essenciais que diferenciam as relações noticiosas encontradas em toda a

Outros pesquisadores do grupo se debruçam sobre diferentes periódicos europeus e as relações entre eles.

²⁰ TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição) Lisboa: Editora Caminho, 1989. p. 35.

²¹ SOUSA, Jorge Pedro. *Em busca do primeiro jornal português: as Relações de Manuel Severim de Faria e a Gazeta 'da Restauração'*. Texto publicado na página do grupo de pesquisa citado na nota 20. Disponível em: [<http://gazeta.ufp.edu.pt/20-textos-conexos/20-09-em-busca-do-primeiro-jornal-portugues>]

Europa dos periódicos que começavam a surgir: “a periodicidade e a continuidade ou encadeamento”²².

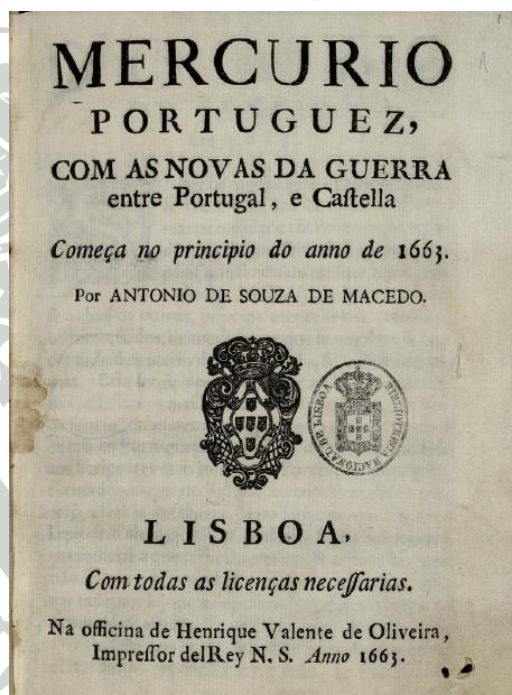


Figura 2 Capa do Mercurio Portuguez, que iniciou sua publicação no ano de 1663 em Lisboa.

Em 1641, encontramos em Portugal as chamadas Gazetas ‘da Restauração’. Essas primeiras Gazetas, como o nome mesmo diz, surgiram logo após a Restauração portuguesa e eram claramente favoráveis à dinastia dos Braganças – supunha-se até (sem fundamento) que era o próprio D. João IV quem as escrevia. De acordo com Tengarrinha, “as *Gazetas da Restauração* tinham circulação muito restrita, devido não só ao seu elevado preço (6 réis, em média, variando o custo segundo o número de páginas), como ao baixíssimo nível de instrução”²³. Do ano de 1641, sua publicação foi até 1647, voltando a existir uma nova publicação duradoura e frequente apenas em 1663: o *Mercúrio Português*.

O historiador discorre sobre as diferenças entre os *mercúrios* (nome que evocava o mensageiro dos deuses e estava presente em diversos países da Europa) e as gazetas, afirmando que “aqueles estavam para estas como as revistas estão para os jornais, na atualidade”²⁴. A publicação do *Mercúrio Português* durou apenas quatro anos e contou

²² TENGARRINHA, José. *Op. Cit.*, p. 35.

²³ TENGARRINHA, José. *Op. Cit.* p. 39.

²⁴ TENGARRINHA, José. *Op. Cit.* p. 41.

com 50 números. Além de informações sobre a separação dos Reinos, o *Mercúrio* já possuía, de acordo com Tengarrinha, acentuado teor político.

Partimos das indicações da cientista da comunicação Patrícia Oliveira Teixeira, que em sua tese de doutorado fez um levantamento dos principais periódicos em Portugal, Espanha e França, para construirmos uma relação das gazetas e mercúrios que circularam pela Península Ibérica na segunda metade do século XVII²⁵. Nosso intuito será, dessa forma, relacionar as publicações dos dois países para compreendermos como as notícias chegavam nesses locais e em quais redes de informações estavam inseridos seus editores e demais correspondentes que contribuíam para sua escrita.

Ainda que nosso intuito seja discorrer sobre os periódicos da Península Ibérica, como deveremos tratar das ditas redes de informação que perpassavam todo o continente europeu, será pertinente discorrer acerca de dois outros periódicos encontrados para o período, um francês e um italiano, denominados *La Gazette* e *Mercurio Veridico*, sendo o primeiro produzido desde o ano de 1631 até meados do século XX e o segundo, elaborado no ano de 1648.

CONCLUSÕES FINAIS

Nossas propostas iniciais demonstram, assim, o longo caminho que devemos percorrer para a conclusão dessa pesquisa. Partimos da ideia do *homo viator* renascentista de Sánchez e da curiosidade que movia as pessoas daquele período sobre o Novo Mundo para compreendermos a importância da cultura epistolar discutida por Bouza e Gómez, não só para sanar essa ânsia por novidades, como também para abastecer os periódicos que começam a aparecer na Península Ibérica. Nosso intuito é discorrer, assim, sobre a construção dessas notícias, analisando os periódicos enquanto fonte histórica, produtos do meio no qual foram construídos e inseridos em diferentes relações nobiliárquicas, familiares e governativas.

A correspondência, aliada a uma rede de informações que poderia atravessar o Atlântico, contém a chave para discorrermos sobre a construção desses periódicos não só

²⁵ TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. *Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a gênese do jornalismo* – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013.

em Portugal e Espanha, como também em outras partes da Europa, estabelecendo a relação existente entre estes difusores de notícias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO, André. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

_____. *Del Escribano a la Biblioteca. La Civilización Escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madrid, Editorial Síntesis (col. Historia Universal, Moderna, nº 5), 1992.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006.

LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora vol. 1 (1729-1731)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as *Relaciones de Sucesos* e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja (orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária, 2012.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. *Homo Viator, Homo scribens. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro (org.). *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. Covilhã: Livros LabCom: 2013.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa. (2ª edição)* Lisboa: Editora Caminho, 1989.

TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. *Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a gênese do jornalismo – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013.